



# JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CARNAUBAIS

**\*\* Instituído pela Lei Municipal nº 037, de 03 de agosto de 2001 \*\***  
**No XVII – Nº 623 - Carnaubais-RN, sexta-feira, 25 de agosto de 2017**

E-mail: [prefeituradecarnaubais@hotmail.com](mailto:prefeituradecarnaubais@hotmail.com) Fone: 3338-2397

Departamento da Imprensa Oficial

**ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO THIAGO MEIRA MANGUEIRA**

## PODER EXECUTIVO

THIAGO MEIRA MANGUEIRA – Prefeito Municipal

MARINEIDE MARINHO PEREIRA DINIZ – Vice-Prefeito

Presidente: Vereadora Josefa Jusaly de Medeiros  
Vice-Presidente: Ver. Charniane Leocádio Bezerra  
1ª Secretária: Vereadora Iolanda Florentino Santos  
2ª Secretário: Josenildo Fonseca Mendonça.  
Vereadores:  
Exedito Fernandes de Souza  
Danilo Bezerra da Cunha  
Nicolau Cavalcante Dantas  
Norma Siqueira de Melo Oliveira  
Eliene Severiano Soares.

Dra. ALINE DANIELE BELÉM CORDEIRO LUCAS  
Juíza Titular da 1ª Vara Cível Juíza Substituta da  
2ª Vara Cível Juíza Eleitoral

Dra. SUZANA PAULA DE ARAÚJO DANTAS  
CORRÊA Juíza Titular da Vara Criminal e do  
juizado Especial Cível e Criminal

Dr. CARLOS HENRIQUE HARPER COX Em substituição da  
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Assú-RN

Dr. DANIEL LOBO OLÍMPIO Titular da 2ª Promotoria de  
Justiça da Comarca de Assú-RN

Dr. YVES PORFÍRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE Em  
substituição da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de  
Assú-RN

### RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2017

A Prefeitura Municipal de Carnaubais/RN, através de sua pregoeira, torna público o resultado do pregão realizado na sessão pública de licitação, modalidade pregão presencial, tipo menor preço por item, do dia 04 de agosto de 2017, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de peças para máquinas pesadas que se destinam à secretaria de Obras e Urbanismo, restando FRUSTRADA a licitação.

Carnaubais/RN, 25 de agosto de 2017. Janaina Bezerra, Pregoeira.

### AVISO DE TOMADA DE PREÇOS n.º 003/2017

Prefeitura Municipal de Carnaubais/RN, através de sua pregoeira, torna público que realizara sessão pública de licitação modalidade Tomada de Preços em Regime de Empreitada, tipo Menor Preço Global, no dia 13 de setembro de 2017 às 09:00hr, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONCLUSÃO DE META DA QUADRA DESCOBERTA NA COMUNIDADE DE ENTRONCAMENTO, ZONA RURAL DE CARNAUBAIS/RN, que se destinam a secretaria de Educação do Município. O procedimento será regido pela lei 8666/93 e Lei Complementar 123/06. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na sede do Município, na Praça Santa Luzia, S/N, Centro, Carnaubais/RN, das 08:00 às 13:00, de segunda a sexta.

Carnaubais/RN, 24 de agosto de 2017. Janaina Bezerra, Pregoeira.

### ADENDO AO PREGÃO PRESENCIAL nº 061/2017 - SRP

Prefeitura Municipal de Carnaubais/RN, através de sua pregoeira, torna público ADENDO ao edital licitatório da sessão pública de licitação modalidade pregão presencial para registro de preços, tipo Menor Preço Global, que se realizará no dia 30 de agosto de 2017 às 09:00 horas, para Contratação de empresa especializada no fornecimento de Cestas Básicas, que se destinam a secretaria de Ação Social do Município. Deverá o licitante na proposta comercial dispor os seguintes termos:

ITEM DESCRIÇÃO QTD Valor unitário Valor total  
01 Cesta Básica contendo: Açúcar triturado (2kg), arroz branco (2kg), biscoito salgado tipo cream cracker (2 pct 400gr), café empacotado à vácuo (2 pct 250gr), farinha de mandioca branca (2 kg), feijão tipo carioca (2kg), flocos de milho (4 pct 500 gr), macarrão espaguete (2 pct 500 gr), óleo de soja(1 grf 900 ml), tempero completo (1 grf 500 ml), carne de charque ponta de agulha (1 pct 1 kg), sardinha comestível (3 latas de 125 gr), leite em caixa tetra pack (2 lts packs), carne em conserva (1 lata 320 gr), doce de goiaba/banana/caju/marmelo (1 lata 500 gr). 2400.

Carnaubais/RN, 24 de agosto de 2017.  
Janaina Bezerra, Pregoeira.



LEI  
DE  
DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS  
-LDO-  
EXERCÍCIO - 2012

1ª VIA

APROVADO 08 VOTOS  
EM 07/03/11



Prefeitura Municipal de Carnaubais  
Rio Grande do Norte  
CNPJ: 08.294.670/0001-70 Praça Santa Luzia, 20 - Centro CEP: 55.665-000



Carnaubais/RN, 15 de abril de 2011.

Mensagem

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Carnaubais,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências", em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, e no art. 35, § 2º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Orgânica do Município.

2. A Constituição de 1988 determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deve estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

3. Com o advento da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a LDO deve estabelecer adicionalmente as metas fiscais, os critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira e a margem de expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada, bem como avaliar os riscos fiscais, com o intuito de dar continuidade à austeridade fiscal que marcou os últimos exercícios, austeridade esta que promoveu significativo ajuste nas contas públicas de forma a propiciar a gestão equilibrada dos recursos públicos.

4. O Projeto de LDO para 2012 inovou no processo de elaboração das prioridades e metas da Administração Pública Municipal, dado que foram elaboradas com vistas a associá-las aos Desafios, que compõem a base estratégica do Plano Plurianual 2010/2013. Paralelamente, foi procedido um esforço para sintetizar, na forma de metas, os principais compromissos da administração, os quais terão precedência no processo de alocação de recursos na lei orçamentária de 2012 e na sua execução. Ao par dessas modificações e para uma melhor compreensão da base de ações e produtos relevantes para o alcance

1ª VIA

das metas propostas, está sendo encaminhado, em anexo o relatório com o detalhamento dessas informações.

5. Na elaboração do presente Projeto de Lei, deu-se continuidade ao processo adotado em relação à LDO de 2011, que se baseou pela participação e discussão de proposições populares e agentes técnicos envolvidos diretamente na elaboração e execução orçamentária, bem como pela busca do aprimoramento de procedimentos concernentes à elaboração, alteração e execução do orçamento. Nesse contexto, vale registrar as seguintes alterações:

a) autorização para que o Poder Executivo possa, mediante decreto, transferir, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas em decorrência de transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, evitando a necessidade de encaminhamento de créditos ao Poder Legislativo, visto que nesses casos há apenas o ajuste da programação orçamentária já aprovada à nova estrutura administrativa; e

b) determinação para que o Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração especifique normas para unificação e consolidação das informações relativas a despesas de pessoal e encargos sociais de todas as Unidades Orçamentárias.

6. Por fim, cabe reafirmar a importância de que se reveste o presente Projeto de Lei para o estabelecimento do regramento necessário à elaboração da lei orçamentária de 2010 e para a consolidação de novas bases fiscais requeridas para o alcance dos objetivos deste Governo.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o referido Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências".

Respeitosamente,

*Luiz Gonzaga Cavalcante Dantas*  
LUIZ GONZAGA CAVALCANTE DANTAS  
Prefeito Municipal

1ª VIA



Prefeitura Municipal de Carnaubais  
Rio Grande do Norte  
CNPJ: 08.294.670/0001-70 Praça Santa Luzia, 20 - Centro CEP: 55.665-000



DE 15 DE ABRIL DE 2011.

PROJETO DE LEI Nº 004/2011.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012 e dá outras providências

A Câmara Municipal de Carnaubais decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Capítulo I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º, da Constituição Federal, e no Art. 101 Inciso II da Lei Orgânica do Município de Carnaubais, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2012, compreendendo:

- I - as prioridades e as metas de administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VII - as disposições finais.

**Capítulo II  
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2012, especificadas de acordo com os macroobjetivos que serão estabelecidos no plano plurianual 2010-2013.

**Capítulo III  
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º Para efeito desta lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização

APROVADO 08 VOTOS  
EM 07/03/11

1ª VIA

dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores que serão estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo, e

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projeto ou operações especiais.

**Art 4º** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais e fundações.

**Art 5º** O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e será composto de:

I - texto da lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - Integrado à consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos II, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II - do resumo da estimativa da receita total do município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III - da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV - da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

1ª VOTA

APROVADO DE VOTO E M. 02/09/11

**b) DESPESAS DE CAPITAL:**  
Investimentos;  
Investimentos Financeiros;  
Amortização e Refinanciamento da Dívida;  
Outras Despesas de Capital.

**Capítulo IV  
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 1º** O projeto de lei orçamentária do Município de Carnaubais, relativo ao exercício de 2012, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento.

I - O princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 2º** - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

**Art. 3º** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

**Art. 4º** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

**Art. 11** Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do §1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:  
I - com pessoal e encargos patronais;  
II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

1ª VOTA

V - da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VI - da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII - da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

VIII - da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

IX - da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

X - da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

XI - da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

XII - do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

XIII - das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

XIV - da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XV - da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.304/95, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesas;

XVI - de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;

XVII - do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XVIII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIX - da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;

XX - da receita corrente líquida com base no art. 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

XXI - da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

**Art. 8º** Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I - o orçamento a que pertence;

II - o grupo de despesa a que se refere, obedecendo o seguinte classificação:

a) **DESPESAS CORRENTES:**  
Pessoal e Encargos Sociais;  
Juros e Encargos da Dívida;  
Outras Despesas Correntes.

1ª VOTA

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento da despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

**Art. 13.** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320/64.

**Art. 14.** Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 15.** Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórios de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

**Art. 16.** É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, para clubes, associações de servidores e de dotações à título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emita no exercício de 2012 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerá, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida na lei específica.

1ª VOTA









ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
C.N.P.J.: 06.294.639/001-79

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
Anexo de Metas e Prioridades

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS  
Objetivo: Melhorar a qualidade de serviços - Adquirir Veículo e Complementos - Capacitar servidores  
Meta: População do município  
Indicadores: Índice Faturado  
Resumo por Fontes: Índice Faturado 10,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJEÇÃO TRIVIAL DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	NECESSARIEDADES		ORÇÃO
					PRECATORIA	PRECATORIA	
1.001	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Manutenção e compra de materiais	1,00	1,00	1.000,00
1.002	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Contribuição dos servidores do Município	1,00	1,00	3.000,00
TOTAL					2,00	2,00	4.000,00

APPROVADO POR Nº 01/2012

ASSINATURA (R\$) 2012-2236

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
C.N.P.J.: 66.294.670/001-70

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
Anexo de Metas e Prioridades

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO  
Objetivo: Melhorar as condições de trabalho dos servidores e melhorar atendimento da população  
Meta: População do município  
Indicadores: Índice Faturado 10,00  
Resumo por Fontes: Índice Faturado 10,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJEÇÃO TRIVIAL DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	NECESSARIEDADES		ORÇÃO
					PRECATORIA	PRECATORIA	
1.001	01-LEGISLAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Manutenção e compra de materiais de consumo	1,00	1,00	1.000,00
1.002	01-LEGISLAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Resposta e prestação de serviços ao cidadão	1,00	1,00	40.000,00
TOTAL					2,00	2,00	41.000,00

1ª VIA

ASSINATURA (R\$) 2012-2236

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
C.N.P.J.: 66.294.670/001-70

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
Anexo de Metas e Prioridades

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO  
Objetivo: Melhorar e aprimorar o município como fonte de desenvolvimento a longo prazo  
Meta: População do município  
Indicadores: Índice Faturado 10,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJEÇÃO TRIVIAL DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	NECESSARIEDADES		ORÇÃO
					PRECATORIA	PRECATORIA	
1.004	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Manutenção e compra de materiais	1,00	1,00	2.000,00
1.005	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Resposta e prestação de serviços ao cidadão	1,00	1,00	1.000,00
1.006	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Contribuição dos servidores do Município	1,00	1,00	1.000,00
1.007	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Contribuição de Cotas Administrativas do Município	1,00	1,00	60.000,00
TOTAL					4,00	4,00	66.000,00

1ª VIA

ASSINATURA (R\$) 2012-2236

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
C.N.P.J.: 66.294.670/001-70

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
Anexo de Metas e Prioridades

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
Objetivo: Melhorar e aprimorar as atividades tributárias  
Meta: População do município  
Indicadores: Índice Faturado 10,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJEÇÃO TRIVIAL DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	NECESSARIEDADES		ORÇÃO
					PRECATORIA	PRECATORIA	
1.008	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Manutenção e compra de materiais	1,00	1,00	1.000,00
1.009	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Contribuição dos servidores do Município	1,00	1,00	1.000,00
1.010	04-ADMINISTRAÇÃO	100-ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Contribuição de Cotas Administrativas do Município	1,00	1,00	6.000,00
TOTAL					3,00	3,00	8.000,00

1ª VIA

ASSINATURA (R\$) 2012-2236



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 08.294.078/0001-78

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**Programa:** EDUCAÇÃO E MELHORIA DA INSTRUÇÃO DO DEBIDO.  
**Objetivo:** Melhorar a qualidade para o ensino de qualidade para o bom desenvolvimento de alunos.  
**Indicador:** Indicador de qualidade para o ensino de qualidade para o bom desenvolvimento de alunos.

**Meta:** 15,00  
**Indicador:** Índice Financeiro  
**Valor:** 15,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETIVIDADE OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES		ORÇÃO
					META DA AÇÃO/PRODUTO	VALOR R\$	
1.000.11.0000.0000	11.000	11.000	1	1	100%	15,00	15,00
<b>TOTAL</b>							

1ª VIA

AQUISIÇÃO (R\$) 3231-2238

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 08.294.078/0001-78

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**Programa:** FESTAS E MANIFESTAÇÕES POPULARES  
**Objetivo:** Melhorar a qualidade para o desenvolvimento cultural dos grupos existentes no município.  
**Indicador:** Índice Financeiro  
**Valor:** 15,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETIVIDADE OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES		ORÇÃO
					META DA AÇÃO/PRODUTO	VALOR R\$	
1.000.11.0000.0000	11.000	11.000	1	1	100%	15,00	15,00
<b>TOTAL</b>							

1ª VIA

AQUISIÇÃO (R\$) 3231-2238

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 08.294.078/0001-78

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**Programa:** CULTURA E TURISMO  
**Objetivo:** Dar apoio às manifestações culturais e de Turismo.  
**Indicador:** Índice Financeiro  
**Valor:** 15,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETIVIDADE OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES		ORÇÃO
					META DA AÇÃO/PRODUTO	VALOR R\$	
1.000.11.0000.0000	11.000	11.000	1	1	100%	15,00	15,00
<b>TOTAL</b>							

1ª VIA

AQUISIÇÃO (R\$) 3231-2238

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 08.294.078/0001-78

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**Programa:** ESPORTE E VIDA  
**Objetivo:** Dar apoio às práticas esportivas - Cursos esportivos-As concórdias para prática de esporte.  
**Indicador:** Índice Financeiro  
**Valor:** 15,00

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETIVIDADE OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES		ORÇÃO
					META DA AÇÃO/PRODUTO	VALOR R\$	
1.000.11.0000.0000	11.000	11.000	1	1	100%	15,00	15,00
<b>TOTAL</b>							

1ª VIA

AQUISIÇÃO (R\$) 3231-2238

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 06.234.570/0001178

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**PROPOSTA:** DESENVOLVIMENTO DO RIO BRANCO (LAPTOPOCARIÓ)  
**Objetivo:** Melhorar as condições de trabalho da zona rural - Metas e Prioridades  
**Programa:** Fomento a empreendimentos para o agro negócio

**Índice:** Índice de Inicialização (0,00)

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PRIORIDADE/OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	INDICADORES		ORÇÃO
					METAS DA AÇÃO / PRODUTO	VALORES	
1.017	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.018	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.019	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>3,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

AGLJRH (094) 3331-3236

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 06.234.570/0001178

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**PROPOSTA:** ESPORTE PARA TODOS  
**Objetivo:** Criar condições esportivas favoráveis para a prática recreativa e esportiva do esporte.  
**Programa:** Fomento de parafísicos  
**Índice:** Índice de Realização (10,00)

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PRIORIDADE/OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	INDICADORES		ORÇÃO
					METAS DA AÇÃO / PRODUTO	VALORES	
1.116	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.117	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.118	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>3,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

AGLJRH (094) 3331-3236

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 06.234.570/0001178

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**PROPOSTA:** DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL  
**Objetivo:** Melhorar as condições de trabalho para o melhor atendimento da população.  
**Programa:** Fomento de parafísicos  
**Índice:** Índice de Realização (10,00)

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PRIORIDADE/OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	INDICADORES		ORÇÃO
					METAS DA AÇÃO / PRODUTO	VALORES	
1.023	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.024	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.025	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>3,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

AGLJRH (094) 3331-3236

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 C.N.P.J.: 06.234.570/0001178

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**PROPOSTA:** ESPORTE PARA TODOS  
**Objetivo:** Criar condições esportivas favoráveis para a prática recreativa e esportiva do esporte.  
**Programa:** Fomento de parafísicos  
**Índice:** Índice de Realização (10,00)

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PRIORIDADE/OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	INDICADORES		ORÇÃO
					METAS DA AÇÃO / PRODUTO	VALORES	
1.116	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.117	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
1.118	20 - MANUTENÇÃO	200 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3	Manutenção de equipamentos - Sistema SIRE	1,00	100.000,00	100.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>3,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

AGLJRH (094) 3331-3236

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 CNPJ: 08.284.670/0001-70

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**ATIVIDADE AGRÍCOLA, PECUÁRIA E AGROPECUÁRIA**  
 - Fomento e desenvolvimento econômico de setores de 1 a 18 anos. - Impulsionar programas produtivos e atividades de valor agregado em atividades

Meta: 15.000  
 Indicador: Índice de Produção  
 Referência: 11/08

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETANTIDADE	OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	MENSURADORES		ORÇAO
						META DA AÇÃO / PRODUTO	VALOR R\$	
1.001	10	10.001	1	1	1.001.001	15.000	15.000,00	15.000,00
<b>TOTAL</b>								

AGUIAR (R\$) 2012-2016

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 CNPJ: 08.284.670/0001-70

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**ATIVIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE**  
 - Fomento e desenvolvimento econômico de setores de 1 a 18 anos. - Impulsionar programas produtivos e atividades de valor agregado em atividades

Meta: 10.000  
 Indicador: Índice de Produção  
 Referência: 11/08

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETANTIDADE	OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	MENSURADORES		ORÇAO
						META DA AÇÃO / PRODUTO	VALOR R\$	
1.001	10	10.001	1	1	1.001.001	10.000	10.000,00	10.000,00
<b>TOTAL</b>								

AGUIAR (R\$) 2012-2016

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 CNPJ: 08.284.670/0001-70

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**ATIVIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE**  
 - Fomento e desenvolvimento econômico de setores de 1 a 18 anos. - Impulsionar programas produtivos e atividades de valor agregado em atividades

Meta: 10.000  
 Indicador: Índice de Produção  
 Referência: 11/08

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETANTIDADE	OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	MENSURADORES		ORÇAO
						META DA AÇÃO / PRODUTO	VALOR R\$	
1.001	10	10.001	1	1	1.001.001	10.000	10.000,00	10.000,00
<b>TOTAL</b>								

AGUIAR (R\$) 2012-2016

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS**  
 CNPJ: 08.284.670/0001-70

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012**  
**Anexo de Metas e Prioridades**

**ATIVIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE**  
 - Fomento e desenvolvimento econômico de setores de 1 a 18 anos. - Impulsionar programas produtivos e atividades de valor agregado em atividades

Meta: 10.000  
 Indicador: Índice de Produção  
 Referência: 11/08

ITEM	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	TIPO	PROJETANTIDADE	OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	MENSURADORES		ORÇAO
						META DA AÇÃO / PRODUTO	VALOR R\$	
1.001	10	10.001	1	1	1.001.001	10.000	10.000,00	10.000,00
<b>TOTAL</b>								

AGUIAR (R\$) 2012-2016





RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original

Ação	1040	Construção de Praças Públicas	Situação	Ativa	Meta	Plano	Meta	Programas
Resolução	9108	15 URBANISMO						
Função	491	INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Sub-função	491	INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Programa	3014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL						
Projeto	4480200000	Obras e Instalações						
Meta	0002	Parcela Construída						
Unidade								
Total da Ação								100.000,00

1ª VIA

RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original

Ação	1110	Manutenção e conservação de praças públicas	Situação	Ativa	Meta	Plano	Meta	Programas
Resolução	9110	15 URBANISMO						
Função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Sub-função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Programa	3014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL						
Projeto	4480200000	Obras e Instalações						
Meta	0002	Parcela Construída						
Unidade								
Total da Ação								24.000,00

1ª VIA

RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original

Ação	1110	Manutenção e conservação de Praças Públicas	Situação	Ativa	Meta	Plano	Meta	Programas
Resolução	9109	15 URBANISMO						
Função	491	INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Sub-função	491	INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Programa	3014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL						
Projeto	4480200000	Obras e Instalações						
Meta	0002	Parcela Construída						
Unidade								
Total da Ação								85.000,00

1ª VIA

RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original

Ação	1110	Manutenção e conservação de Praças Públicas	Situação	Ativa	Meta	Plano	Meta	Programas
Resolução	9110	15 URBANISMO						
Função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Sub-função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Programa	3014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL						
Projeto	4480200000	Obras e Instalações						
Meta	0002	Parcela Construída						
Unidade								
Total da Ação								24.000,00

1ª VIA

RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original

Ação	1110	Manutenção e conservação de Praças Públicas	Situação	Ativa	Meta	Plano	Meta	Programas
Resolução	9110	15 URBANISMO						
Função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Sub-função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Programa	3014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL						
Projeto	4480200000	Obras e Instalações						
Meta	0002	Parcela Construída						
Unidade								
Total da Ação								24.000,00

1ª VIA

RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original

Ação	1110	Manutenção e conservação de Praças Públicas	Situação	Ativa	Meta	Plano	Meta	Programas
Resolução	9110	15 URBANISMO						
Função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Sub-função	492	SERVIÇOS URBANOS						
Programa	3014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL						
Projeto	4480200000	Obras e Instalações						
Meta	0002	Parcela Construída						
Unidade								
Total da Ação								24.000,00

1ª VIA



RELATÓRIO PARA COMPROVAÇÃO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original Pág. 011

Projeto	0108	0203	01	Ativo	Meta Financeira	Meta Financeira
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0028	MELHORIA E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA SAÚDE	2012	1,00	140.800,00	
Mat. Despesa	33903120000	Material Odontológico				
Produto	0016	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 140.800,00						
Ação	1287	Reparar e Requalificar Unidades de Atendimento				
Projeto	0095	0095	Situação: Nova			
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0028	MELHORIA E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA SAÚDE	2012	1,98	3.008,00	
Mat. Despesa	44805290000	Outros Materiais Permanentes				
Produto	8005	Equip. Aparelh.				
Total da Ação: 3.008,00						
Ação	1017	Aquis. de Equip. para Laborat. de Análise Clínica				
Projeto	8001	8001	Situação: Nova			
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0028	MELHORIA E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA SAÚDE	2012	2,00	18.000,00	
Mat. Despesa	44903280000	Outros Serviços Permanentes				
Produto	0095	Equip. Aparelh.				
Total da Ação: 18.000,00						
Ação	1129	Implantação da Farmácia Viva				
Projeto	3135	3135	Situação: Nova			
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
Programa	8025	MELHORIA E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA SAÚDE	2012	1,80	15.080,00	
Mat. Despesa	33903890000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8019	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 15.080,00						
Total do Programa: 0,00						
Total da Unidade: 1.800.880,00						
Total do Órgão: 1.800.880,00						
Órgão	04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Unidade	04.814	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Programa	0018	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Ação	2016	Desenv. de Prog. de Atendimento a Criança				
Projeto	0079	0079	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Programa	0818	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2012	1,00	3.808,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 3.808,00						
Ação	2011	Ações Socioeducativas p/Criança e Adolescente				
Projeto	0074	0074	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Programa	0818	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2012	1,00	40.300,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8018	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 40.300,00						
Ação	2013	Manutenção do Conselho Tutar				
Projeto	0076	0076	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Programa	0818	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2012	1,00	30.000,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 30.000,00						
Total da Unidade: 50.088,00						

1º VIA

RELATÓRIO PARA COMPROVAÇÃO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original Pág. 012

Projeto	2048	0076	01	Ativo	Meta Financeira	Meta Financeira
Ação	2048	Programa de Estimulação do Trabalho Infantil-PETI				
Projeto	0076	0076	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Programa	0818	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2012	1,00	15.000,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 15.000,00						
Ação	2044	Manutenção do Conselho Direção Criança e Adolescente				
Projeto	0197	0197	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Programa	0818	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2012	1,88	80.000,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 80.000,00						
Total do Programa: 0,00						
Projeto	8007	8007	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0840	ATENDIMENTO A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	2012	1,00	10.800,00	
Mat. Despesa	33903200000	Material de Distribuição Gratuita				
Produto	0018	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 10.800,00						
Ação	2016	Programa de Distribuição de Cestas Básicas				
Projeto	0088	0088	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0840	ATENDIMENTO A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	2012	1,00	48.000,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 48.000,00						
Ação	2027	Distribuição de KIT Bebe				
Projeto	0070	0070	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0840	ATENDIMENTO A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	2012	1,00	18.000,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 18.000,00						
Ação	2028	Prog. de Início de Gestão Des. p/Família Coerente				
Projeto	0087	0087	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0840	ATENDIMENTO A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	2012	1,00	30.000,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 30.000,00						
Ação	2029	Sem. de Proteção Social Básica a Família				
Projeto	0071	0071	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0840	ATENDIMENTO A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	2012	1,00	0.000,00	
Mat. Despesa	33903990000	Outros Serviços de Pessoa Física				
Produto	8018	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 0,000,00						

1º VIA

RELATÓRIO PARA COMPROVAÇÃO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Projeto de Lei Original Pág. 013

Projeto	2020	0072	01	Ativo	Meta Financeira	Meta Financeira
Ação	2020	Atendimento a População Carente- Mat de Construção				
Projeto	0072	0072	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0840	ATENDIMENTO A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	2012	1,00	20.800,00	
Mat. Despesa	33903200000	Material de Distribuição Gratuita				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 20.800,00						
Projeto	0018	0018	Situação: Nova			
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0818	ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2012	1,00	2.080,00	
Mat. Despesa	44805290000	Outros Materiais Permanentes				
Produto	8005	Equip. Aparelh.				
Total da Ação: 2.080,00						
Total do Programa: 280.580,00						
Total do Órgão: 280.580,00						
Órgão	08	SISTEMA INDEPENDENTE DE ÁGUAS E ESGOTOS - SIAE				
Unidade	08.017	SISTEMA INDEPENDENTE DE ÁGUAS E ESGOTOS - SIAE				
Programa	0814	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL				
Ação	1117	Substituição e Ampliação do abastecimento d'água				
Projeto	0016	0016	Situação: Nova			
Função	08	URBANISMO				
Subfunção	402	SERVIÇOS URBANOS				
Programa	0014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL	2012	1,00	208.600,00	
Mat. Despesa	44905100000	Obras e Instalações				
Produto	0018	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 208.600,00						
Ação	2007	Manutenção e Funcionamento de SIAE				
Projeto	0147	0147	Situação: Nova			
Função	04	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	8014	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL	2012	1,00	889.150,00	
Mat. Despesa	33901900000	Veículos e Transporte P/Ass. Pessoal Civil				
Produto	8010	Atos Odontológicos				
Total da Ação: 889.150,00						
Total do Programa: 889.150,00						
Total da Unidade: 889.150,00						
Total do Órgão: 8.252.700,00						
Total da Despesa: 8.252.700,00						

CARNAUBAIS 12 de Abril de 2011

*Luiz Gonzaga Cavalcante*  
Luiz Gonzaga Cavalcante  
Prefeito

Fernando Luiz de Lemos  
10.016/10.016/10.016-4

1º VIA

Estado do Rio Grande do Norte  
CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
Praça Santa Lucia, 36 - CARNAUBAIS - Rio Grande do Norte.  
CNPJ (MP) 09.554.578.0001-44

Parâmetros de Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, composta pelos Vereadores José Maria de Silva Soares, Presidente; Francisco Wanderley Mendes, Relator e José Pedro de Moura, Secretário-Membro. Parecer este, emitido em favor do Projeto de Lei nº 004/2011, de 15 de abril de 2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício para o exercício de 2012 e dá outras providências. Onde em reunião ordinária da comissão, realizada aos vinte e nove dias do mês de junho do ano 2011, sob a presidência do Vereador José Maria da Silva Soares, presente ainda o relator da comissão, Vereador Francisco Wanderley Mendes, bem assim, secretariado pelo Vereador José Pedro de Moura, fora por ambos discutidos a legalidade do projeto de lei nº 004/2011, em tese.

I - RELATÓRIO:

O Prefeito Municipal de Carnaubais/RN, senhor Luiz Gonzaga Cavalcante Dantas, apresenta matéria disposta sobre a L.O. - 2012.

II - VOTO DO RELATOR.

É de competência do Município, e iniciativa do referido projeto de lei, tendo respeito legal, podendo faz-lo o Executivo. O projeto, no mérito observo a lei disciplinadora, estando, portanto, obedecida a técnica legislativa. Assim sendo, concluo que o projeto vai ao encontro de anseios da administração, na conformidade e para os fins que se apresenta.

Em face do exposto, considero o projeto constitucional, legal, jurídico e tecnicamente correto e, no mérito o acolho. Portanto, voto pelo seu aprovação.

Sala da Secretaria da Câmara Municipal de Carnaubais, Rio Grande do Norte, em 29 de junho de 2011.

Francisco Wanderley Mendes  
Relator

APROVADO EM VOTO  
EM 09/07/11

1º VIA





Prefeitura Municipal de Carnaubais  
Rio Grande do Norte  
CNPJ: 06.24.8709/01-11 Praça Santa Lúcia, 20 - Centro CEP: 59.105-000

2ª VIA  
COPIA

Projeto de Lei Nº 012 de 22 de Setembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do município de Carnaubais, Estado do Rio Grande do Norte para o exercício financeiro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAUBAIS, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

Título I  
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a Despesa do Município de Carnaubais para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos de Administração direta e indireta a ele vinculadas, bem como fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

Título II  
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA  
Da Receita Total

Art. 2º - A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, é estimada em: R\$ 18.979.290,56 (Dezoito milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 3º - As receitas são estimadas por Categoria Econômica, conforme o disposto no Anexo 1.

Art. 4º - A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo 2.

APROVADO P/ VOTO  
em 22/09/11

Capítulo II  
DA FIXAÇÃO DA DESPESA  
Da Despesa Total

Art. 5º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 18.979.290,56 (Dezoito milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos), desdobrada nos seguintes agrupamentos:

I - Orçamento Fiscal, em R\$ 14.871.156,58 (Quatorze milhões, novecentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e seis reais, cinquenta e oito centavos);

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 4.008.124,00 (Quatro milhões, oito mil, cento e vinte e quatro reais).

Art. 6º - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o Artigo 15º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

Capítulo III  
DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º - A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgão, está definida no Anexo 9 desta Lei.

Capítulo IV  
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

Art. 8º - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.300/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 15% (Quinze) por cento dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que incidem as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I - anulação parcial ou total de dotações;

II - Incorporação de suprêvit ou financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

Parágrafo único - Excluem-se da base de cálculo do limite e que se refere o caput deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

Art. 9º - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

APROVADO P/ VOTO  
em 22/09/11

II - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios, juros, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações;

III - atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios;

IV - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalhos relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

V - incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2011, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais e do FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

Título III  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais referente a servidores, colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 11 - A utilização das dotações com origem de recursos em comêrcio ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Título IV  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  
Capítulo Único

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 15 - O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas do resultado primário, conforme Artigo 11º da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Carnaubais, Estado do Rio Grande do Norte.

APROVADO P/ VOTO  
em 22/09/11

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Carnaubais, Estado do Rio Grande do Norte, em 22 de Setembro de 2011.

Luz Gonzaga Cavalcante Dantas  
Prefeito Municipal

APROVADO P/ VOTO  
em 22/09/11



ESTADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
 ANEXO 2 de Lei nº 4.330, de 17 de março de 1964  
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA  
 Município de Carnaubais - Paraná

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECORRIMENTOS	TOTAL	CAT. ECONÔMICA
1.1.1.1.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	6.371,00	19.811,18	15.222.994,80
1.1.1.2.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	294.871,48		
1.1.1.3.00.00.00.00	RECEITA DE IMPOSTOS	1.249.843,30		
1.1.1.4.00.00.00.00	RECEITA DE DOAÇÕES	500,00		
1.1.1.5.00.00.00.00	RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS	533,48		
1.1.1.6.00.00.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	838,48		
1.1.1.7.00.00.00.00	RECEITA DE OUTROS	508,48		
1.1.1.8.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	555,48		
1.1.1.9.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	525,48		
1.1.1.10.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	127.344,98	19.811,18	

APPROVADO OS VOTOS em 22/02/11

ESTADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
 ANEXO 2 de Lei nº 4.330, de 17 de março de 1964  
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA  
 Município de Carnaubais - Paraná

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECORRIMENTOS	TOTAL	CAT. ECONÔMICA
1.1.1.1.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	6.371,00	19.811,18	15.222.994,80
1.1.1.2.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	294.871,48		
1.1.1.3.00.00.00.00	RECEITA DE IMPOSTOS	1.249.843,30		
1.1.1.4.00.00.00.00	RECEITA DE DOAÇÕES	500,00		
1.1.1.5.00.00.00.00	RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS	533,48		
1.1.1.6.00.00.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	838,48		
1.1.1.7.00.00.00.00	RECEITA DE OUTROS	508,48		
1.1.1.8.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	555,48		
1.1.1.9.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	525,48		
1.1.1.10.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	127.344,98	19.811,18	

APPROVADO OS VOTOS em 22/02/11

ESTADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
 ANEXO 2 de Lei nº 4.330, de 17 de março de 1964  
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA  
 Município de Carnaubais - Paraná

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECORRIMENTOS	TOTAL	CAT. ECONÔMICA
1.1.1.1.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	6.371,00	19.811,18	15.222.994,80
1.1.1.2.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	294.871,48		
1.1.1.3.00.00.00.00	RECEITA DE IMPOSTOS	1.249.843,30		
1.1.1.4.00.00.00.00	RECEITA DE DOAÇÕES	500,00		
1.1.1.5.00.00.00.00	RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS	533,48		
1.1.1.6.00.00.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	838,48		
1.1.1.7.00.00.00.00	RECEITA DE OUTROS	508,48		
1.1.1.8.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	555,48		
1.1.1.9.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	525,48		
1.1.1.10.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	127.344,98	19.811,18	

APPROVADO OS VOTOS em 22/02/11

ESTADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS  
 ANEXO 2 de Lei nº 4.330, de 17 de março de 1964  
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA  
 Município de Carnaubais - Paraná

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECORRIMENTOS	TOTAL	CAT. ECONÔMICA
1.1.1.1.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	6.371,00	19.811,18	15.222.994,80
1.1.1.2.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	294.871,48		
1.1.1.3.00.00.00.00	RECEITA DE IMPOSTOS	1.249.843,30		
1.1.1.4.00.00.00.00	RECEITA DE DOAÇÕES	500,00		
1.1.1.5.00.00.00.00	RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS	533,48		
1.1.1.6.00.00.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	838,48		
1.1.1.7.00.00.00.00	RECEITA DE OUTROS	508,48		
1.1.1.8.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	555,48		
1.1.1.9.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	525,48		
1.1.1.10.00.00.00.00	RECEITA DE RECEBIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	127.344,98	19.811,18	

APPROVADO OS VOTOS em 22/02/11























































**Observação:** Publicamos nesta edição a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2012, tendo sido aprovado pelo Poder Legislativo no ano anterior, e na época, não teve a devida publicação no Jornal Oficial do Município; falha que estamos corrigindo agora e cumprindo as obrigações do Município, disponibilizando os atos administrativos previstos na legislação.